

PANORAMA HISTÓRICO DE CURSOS DE FORMAÇÃO DE TRADUTORES-INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS/LÍNGUA PORTUGUESA

HISTORIC OVERVIEW OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE/PORTUGUESE INTERPRETER-TRANSLATOR EDUCATIONAL COURSES



Glauber de Souza LEMOS
Doutorando

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2476398279155310>
<https://orcid.org/0000-0001-5907-1653>
glauberslemos@gmail.com

Teresa Dias CARNEIRO
Professora

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Letras e de Estudos da Tradução
Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2583988759143754>
<https://orcid.org/0000-0002-9774-1176>
teresadcarneiro@gmail.com

1

Resumo: Neste artigo, apresentamos um panorama histórico da formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), em contexto nacional, entre os séculos XX e XXI. Os objetivos são: apresentar uma linha diacrônica e sincrônica da criação de cursos de formação de TILSP; e detalhar os fatos e os dados históricos dos cursos, contendo informações sobre os anos, os nomes dos possíveis proponentes e os conteúdos curriculares. O arcabouço teórico está fundamentado nas áreas da Historiografia da Tradução e da Interpretação; nos Estudos da Tradução e da Interpretação das Línguas de Sinais; e no percurso da formação de TILSP. A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa, bibliográfica e documental, com fundamento na metodologia da historiografia em tradução e com levantamento de dados *on-line*. Os resultados da pesquisa bibliográfica apontam que, em um período de vinte e sete anos, de 1993 a 2020, as exigências de formações em cursos oscilaram entre uma exigência mínima de Ensino Médio completo e a formação em nível superior. Nos últimos anos, as legislações sofreram vetos governamentais, exigindo-se critérios tais como certificação de curso básico de Libras e de ensino médio profissional. Atualmente, há seis tipos de ofertas de cursos e de certificações de TILSP (Ensino Médio Técnico; Cursos Livres; Extensão Universitária; Tecnólogo ou Bacharelado em Tradução e Interpretação de Libras; pós-graduação *lato sensu* – especialização em tradução e interpretação de Libras; e programas de pós-graduação *stricto sensu* em Estudos da Tradução, com linhas de pesquisa no mestrado e doutorado), sendo propostas por instituições de ensino (público e privado), organizações não governamentais, empresas, associações de surdos e de intérpretes, possibilitando, assim, que o TILSP selecione entre as ofertas os cursos que poderão contribuir com o seu foco de atuação profissional e especialização temática. Este estudo pretende contribuir para os estudos historiográficos nos Estudos da Tradução e da Interpretação das Línguas de Sinais (ETILS), em contexto nacional. Desdobramentos desta pesquisa estão previstos para analisar os contextos internacionais em futuro próximo.

Palavras-chave: História da Formação de Tradutores-Intérpretes de Libras/Português. Formação de tradutores e intérpretes. História da Tradução. Estudos da Tradução. Estudos da Interpretação.

Abstract: In this article, we present a historic overview of the training of Brazilian Sign Language Translators/Interpreters (TILSP), in a national context, beginning in the 20th century. The objectives are: to present a diachronic and synchronic line of the creation of TILSP training courses; and to detail the facts and historical data of the courses, containing information about the years, the names of possible proponents and the



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

curricular contents. The theoretical framework is supported by the fields of Historiography of Translation and Interpretation; Sign Language Translation and Interpreting Studies; and the path of TILSP education. The research methodology is qualitative, bibliographic and documentary, based on the methodology of translation historiography and on online data collection. The results of the bibliographic research show that in a period of twenty years (from 2000 to 2020) the requirements for training courses ranged from minimum requirement (High School graduation) to higher education. In recent years, legislation has suffered government vetoes, requiring criteria such as certification of basic Libras (Brazilian Sign Language) course and professional high school. Currently, there are six types of TILSP training course offerings and certifications (Technical High School; Bachelor's degree in Libras Translation and Interpretation; graduate courses and certificate programs; university extension courses; and non-university courses offered by educational and community institutions, Deaf associations, interpreter's associations etc., as well as research lines in postgraduate courses), allowing thus that TILSP may select among the offerings the courses that may contribute to the focus on his/her professional activity and thematic specialization. This study aims at contributing to historiographical studies in Sign Language Translation and Interpreting Studies (ETILS), in a national context. Future research is foreseen, making the analysis of international contexts possible.

Keywords: History of Brazilian Sign Language/Brazilian Portuguese Translators/Interpreters education. Translator/Interpreter Training Courses. History of Translation. Translation Studies. Interpreting Studies.

2 **E**ste estudo apresenta um panorama histórico da constituição e da oferta de cursos de formação para Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), em contexto nacional, entre o final do século XX e o início do século XXI, mais especificamente, entre os anos de 1993 a 2020, totalizando-se 27 anos de oferta de formações.

Os avanços nas pesquisas em Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS) possibilitaram uma melhor compreensão sobre os papéis constitutivos da profissão e das funções para atuação profissional, além do redimensionamento de uma formação empírica para a educação em nível superior. Nos ETILS, ainda são poucas as pesquisas voltadas para a análise histórica e os motivos da criação de cursos de TILSP. Há necessidade de buscar entendimentos sobre em que instâncias os TILSP podem se formar na atualidade. Para isso, retomaremos os registros, tanto em pesquisas acadêmicas quanto em documentos, para, assim, delinear os fatos históricos e respondermos às seguintes questões de pesquisa: Qual foi o percurso histórico da criação de cursos de formação de TILSP? Quais foram as razões históricas que possibilitaram a criação de cursos de formação de TILSP?

Os objetivos do estudo consistem em (i) apresentar uma linha diacrônica e sincrônica da criação de cursos de formação de TILSP, em contexto nacional; e (ii) detalhar os fatos e os dados históricos dos cursos, contendo informações sobre os anos, os nomes dos possíveis proponentes, quando disponíveis, e os conteúdos curriculares. Nem sempre foi possível informar os nomes dos proponentes dos cursos, porque os materiais disponibilizados ao

público, na internet, muitas vezes não trazem essa informação. Um aprofundamento desta pesquisa em outras bases de dados será necessário para preencher essa lacuna.

O arcabouço teórico está fundamentado na Historiografia da Tradução e da Interpretação (Pym, 2014 [1998]; Pagano, 2001; Wyler, 2003; Adamo, 2006; D’Hulst, 2010; Milton; Martins, 2010; Silva-Reis & Milton, 2016); nos Estudos da Tradução das Línguas de Sinais (Leite, 2004; Rosa, 2005; Santos, 2010; Martins, 2009; Rodrigues & Beer, 2015; Carneiro, 2017; Rodrigues, 2018; Rodrigues & Santos, 2018; dentre outros); e no percurso históricos da formação de TILSP (Filietaz, 2006; Anater & Passos, 2010; Rodrigues, 2010; Russo, 2010; Lacerda, 2010; Quadros & Santos, 2010; Albres, 2011; Quadros, 2014; Martins & Nascimento, 2015; Nascimento, 2016; Lima, 2018; Albres & Souza Junior, 2019; dentre outros).

A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa (Borja et al., 2009; Santos, 2013), bibliográfica (Lakatos & Marconi, 1992) e documental (Godoy, 1995), com fundamento na metodologia da historiografia em tradução (Pagano, 2001; Guerini & Costa, 2020) e com levantamento de dados *on-line* (Flick, 2009; Fragoso et al., 2013; Camboim et al., 2015; Guerini & Costa, 2020).

Este estudo fornece uma contribuição acadêmica para as pesquisas historiográficas em ETILSP. Primeiro, porque apresentamos as razões históricas da criação de cursos de TILSP e, segundo, porque abordamos as recentes diversidades de políticas públicas para formação de TILSP. Além disso, a relevância social da pesquisa aqui apresentada concentra-se em valorizar a profissão de TILSP e em colocá-la no centro da visibilidade profissional, contribuindo, assim, para o “fortalecimento do empoderamento (*“empowerment”*)” dos TILSP, em contexto nacional (Vasconcellos, 2010, p. 121).

A seguir, apresentaremos a metodologia da pesquisa em tradução, com foco nas decisões tomadas para realização do levantamento dos dados bibliográficos. Em seguida, buscaremos definir a Historiografia da Tradução. As análises dos *corpora* são voltadas para o entendimento do histórico de formações de TILSP e da criação de cursos para TILSP, em contexto nacional. Por fim, apresentaremos as considerações finais, a partir das questões de pesquisa e, em seguida, as referências bibliográficas.

Metodologia da pesquisa em tradução

Compreendemos que uma pesquisa qualitativa busca entender os significados e as ações dos agentes (Borja et al., 2009). A pesquisa qualitativa nos Estudos da Tradução mune-se de

“métodos introspectivos”, trazendo as vozes dos participantes das histórias, podendo ser aplicados questionários, entrevistas de pesquisa, grupos focais, estudos de casos ou ainda realizar levantamento de documentações e de fatos históricos (Borja et al., 2009, p. 64; Santos, 2013, p. 37).

Entendemos a pesquisa bibliográfica como um método de procedimento formal e reflexivo-sistemático, com levantamento de pesquisas científicas já publicizadas, em periódicos acadêmicos e em livros (Lakatos & Marconi, 1992, pp. 43-44).

As pesquisas historiográficas em tradução demandam esforço interdisciplinar, porque é preciso alcançar os conhecimentos e os entendimentos teóricos de outras áreas disciplinares (Pagano, 2001, pp. 117-118, 121). O *corpus* do historiador da tradução é abarcado por diversas fontes de pesquisa ou documentos, podendo ser “relatos orais, as memórias, as cartas e o próprio texto ficcional” (Pagano, 2001, p. 120).

Decidimos, nesta pesquisa, proceder a um levantamento bibliográfico e documental *on-line*, ou seja, materiais disponíveis em sítios eletrônicos (Guerini & Costa, 2020). Assim, o método aplicado na pesquisa foi investigar as publicações acadêmicas e os documentos históricos como fonte secundária. Flick (2009, p. 164) denota que a internet se tornou um instrumento importante na realização da pesquisa social, denominada como “pesquisa *on-line*”.

4

No levantamento *on-line*, buscamos pesquisas acadêmicas que construíssem um fio condutor da historiografia da formação de TILSP. Dividimos o levantamento do *corpus* da pesquisa em duas formas: publicações de pesquisas acadêmicas e publicações de documentos disponibilizadas em espaços *on-line* (ou ciberespaços digitais). A busca foi nos seguintes portais de periódicos: Catálogos de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Plataforma Lattes, Repositório da UFSC, Google Acadêmico. Entendemos que há outras bases de dados a serem pesquisadas, mas, por ora, em uma pesquisa inicial, essas bases nos pareceram adequadas. As pesquisas foram feitas com base em palavras-chave, como “formação de intérpretes de libras”, por exemplo. Nosso foco principal foi, nesse primeiro momento da pesquisa, (i) as produções acadêmicas (artigos, dissertações e teses) que tematizem cursos de formação de TILSP no contexto nacional, dado que a pesquisa documental precisará ser feita com algumas visitas *in loco*, pois nem todos os documentos estão digitalizados e/ou disponíveis na internet; e (ii) as instituições públicas, já que estas disponibilizam mais facilmente as informações buscadas em sítios *on-line*. Contudo, em um segundo momento da pesquisa, nos debruçaremos sobre as instituições privadas, que vêm ofertando cursos de formação de TILSP.

Os critérios de busca *on-line* (Guerini & Costa, 2020) delinear-se pelas seguintes decisões: (1) utilizamos duas expressões de palavras-chave de busca, sendo a primeira expressão “formação de intérpretes de libras” e a segunda, “história da formação de intérpretes de línguas de sinais”; e (2) realizamos os *downloads* de todos os materiais (artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, resumos estendidos em anais de eventos acadêmicos, documentos legislativos e pareceres). Em seguida, catalogamos os materiais em pastas e subpastas; organizamos e realizamos o fichamento, reconstruindo os fatos históricos diacronicamente; e, por fim, escrevemos a resenha crítica.

A seguir, apresentaremos a fundamentação teórica da pesquisa, centrada na Historiografia da Tradução.

Historiografia da Tradução

D’Hulst (2010), em *Translation History*, observa que a própria história permite compreender a tradução sob diversos ângulos. Para o autor, os pontos de vista podem ser divididos em três níveis de pesquisa ou em subdisciplinas, sendo: *História* – fatos, eventos, ideias e discursos; *Historiografia* – história das histórias, as práticas de (re)escrita de histórias, as práticas intelectuais (linguística, filosófica, literária, ficção, etc.); e *Meta-historiografia* – reflexões sobre a conceituação e os métodos para se escrever a história, além das reflexões sobre os problemas epistemológicos ao uso dos conceitos de história (pressupostos, tempo, espaço, formato, metalinguagem). Mesmo diante desses três níveis de pesquisa, um historiador ainda se encontra limitado. Isso porque um pesquisador debruçado sobre a história, em ordem prática, é limitado pela disponibilidade do tempo, do material e do conhecimento.

Pym (2014 [1998], p. 5) define a História da Tradução como “um conjunto de discursos que declaram as mudanças que ocorreram ou que foram ativamente impedidas no campo da tradução”¹. Aliás, esse campo da tradução inclui pesquisas sobre os agentes, as ações, os efeitos, as teorias e os fenômenos. Pym (2014 [1998]) subdivide a História da Tradução em três áreas de investigação: (1) a *arqueologia da tradução* (as questões da tradução dizem respeito a: quem, o que, como, onde, quando, para quem se traduziu); (2) a *crítica histórica* (os discursos que avaliam como as traduções ajudam ou dificultam o progresso, os valores, a moral); e (3) a *explicação* (apresentação sobre como, por que e onde ocorreram os artefatos arqueológicos tradutórios). Essas três subdivisões podem ser investigadas individual ou harmonicamente, mas cada parte está relacionada ao todo, e não se assume independência

epistemológica, isso porque a arqueologia, a crítica e a explicação tendem a se misturar² na investigação da história da tradução.

Para isso, Pym (2014 [1998], pp. 11-12) observa que um estudo sobre a história da tradução (sendo ainda um “território virgem” de pesquisa) deve, cuidadosamente, estudar os catálogos arqueológicos e os *tradutores como pessoas*. Ademais, os estudos de micro-história privilegiam os “estudos de casos individuais marginalizados”, fomentam a “continuidade tradicional do entendimento sobre o passado”³ e reivindicam a visibilidade das “experiências individuais” e as “vozes perdidas no passado”, trazendo-os para o “centro do palco”⁴ (Adamo, 2006, pp. 81, 85). O papel e o compromisso da história da tradução é dar visibilidade aos tradutores/intérpretes (Adamo, 2006, p. 87).

Nos Estudos da Tradução e da Interpretação das Línguas de Sinais (ETILS), Bontempo (2015) apresenta um panorama internacional, cobrindo a evolução histórica das Comunidades Surdas, a criação e a composição linguística das línguas de sinais, e a profissionalização dos intérpretes de línguas de sinais (em sua maioria, não nativos das Comunidades Surdas). A autora apresenta como os fatos históricos possibilitaram a constituição do profissional intérprete de língua de sinais. Bontempo (2015) enfatiza, ainda, a necessidade de se observar os ETILS como uma disciplina madura.

Nos estudos e pesquisas de Leite (2004), Rosa (2005), Quadros (2004 [2002], 2010), Santos (2006, 2010, 2013), Martins (2009), Vasconcellos (2010), Rodrigues e Beer (2015), Carneiro (2017) e Rodrigues e Santos (2018), apresenta-se a constituição dos ETILS no Brasil. Os autores mostram embasamento teórico sobre o que significa traduzir e interpretar, apontando, ainda, os processos e as competências que envolvem cada modalidade, assim como os diversos contextos de atuação, demandando novas pesquisas e mais fomento de formações específicas. Por exemplo, em Carneiro (2017), investigam-se as diferenças na formação dos tradutores-intérpretes de línguas orais (TILO) e dos tradutores-intérpretes de línguas de sinais (TILS). A autora aponta que os TILO ganharam mais reconhecimento profissional em contexto de conferência e os TILS conquistaram reconhecimento profissional a partir da atuação em contexto comunitário.

A emergência da formação de TILSP abriu novas possibilidades de pesquisas em ETILS, articulando a reflexão teórico-acadêmica com a reflexão metalinguística sobre a prática, contribuindo, assim, “com a sistematização dos processos interpretativos e com a formação de novos profissionais” (Nascimento, 2011, p. 29). Nos estudos de Vasconcellos (2010), descrevem-se os recentes desdobramentos que proporcionaram as aberturas para a

atuação profissional de TILSP e para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, nos ETILSP. Rodrigues e Beer (2015) apontam temáticas emergentes do novo campo disciplinar dos ETILSP, com relação à sua vinculação direta aos Estudos da Tradução (ET) e aos Estudos da Interpretação (EI), assim como para a formação de TILSP.

Rodrigues (2018) realiza um panorama da recente formação de TILSP, em ensino superior, nas universidades federais brasileiras. Rodrigues (2018, p. 199) justifica que a jovialidade formativa se deu por três fatos sociais e históricos: (1) o desprestígio social da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o reconhecimento legislativo tardio; (2) o estigma sobre os TILSP como ajudadores ou praticantes de caridade, sem formação acadêmica e sem profissionalização reconhecida; e (3) a noção equivocada e discursiva de que não é necessário desenvolver a competência tradutória e interpretativa para se obter fluência em Libras.

Milton e Martins (2010), em *Apresentação – Contribuições para uma historiografia da tradução*, apontam a necessária busca d'hulstiana em decifrar “quem foram os tradutores/intérpretes?” ou se “tinham algum tipo de treinamento para seu ofício?”. Para isso, acreditamos que precisamos entender onde se forma[ra]m os TILSP e quais são/foram os registros documentais de formação de TILSP.

Veremos, a seguir, como a nossa pesquisa bibliográfica buscará construir a gênese da criação de cursos de formação de TILSP, em contexto nacional, a partir do século XX até a contemporaneidade.

Histórico de formações de TILSP

No Brasil, em sua maioria, os TILSP e Guias-intérpretes para Surdocegos (GIS) tiveram uma formação empírica (Albres, 2011), uma formação pela convivência (Laguna, 2015), ou nenhuma formação acadêmica (Rodrigues & Beer, 2015) até o final do século XX.

A gênese da história da interpretação das línguas de sinais também foi em contextos familiares de surdos⁵, religiosos, associativos e acadêmicos (Quadros, 2004; Leite, 2004; Rosa, 2005; Filietaz, 2006; Gurgel, 2010; Quadros & Santos, 2010; Rodrigues, 2010; Russo, 2010; Anater & Passos, 2010; Quadros, 2014; Rodrigues & Beer, 2015; Rodrigues & Santos, 2018; Albres & Souza Junior, 2019). De certa forma, os aspectos sociais e históricos das Comunidades Surdas se refletiram no trabalho de tradução/interpretação, na profissão dos TILSP e na criação de cursos de formação de TILSP. Detalharemos esses aspectos a seguir.

Formação empírica de TILSP

Bontempo (2015, p. 116) aponta que as raízes históricas da formação de TILS se circunscreveram dentro das Comunidades Surdas, ou seja, dentro de associações e instituições de caridade ou religiosas. Quadros e Santos (2010, p. 92) apresentam que as Comunidades Surdas e os TILSP, inicialmente, basearam a sua relação entre a caridade, a benevolência e o assistencialismo. Em igrejas, por exemplo, houve avanço na formação educacional de intérpretes de línguas de sinais, e, muitos sem competência linguística e interpretativa, começaram a atuar profissionalmente (Lacerda, 2010). Os pesquisadores relatam que os ouvintes mais próximos dos surdos aprendiam a língua de sinais de diversas formas (Quadros, 2004 [2002], p. 14; Gurgel, 2010, p. 41): em contato com familiares surdos, interagindo com as Comunidades Surdas e atuando em espaços religiosos.

Notavelmente, os ambientes religiosos formaram os surdos (com foco no ato de ensinar a ler e a escrever) e os intérpretes de línguas de sinais (com foco no ensino do ofício profissional). O contexto religioso, mesmo focado no *evangelismo* e na *catequização*, era um espaço acolhedor para as pessoas surdas. Era nesse contexto que muitos TILSP atuavam informalmente e adquiriram a sua “formação empírica”, tendo as “primeiras experiências com interpretação de língua de sinais dentro das comunidades religiosas a que pertencem (ou pertenceram)” (Martins & Nascimento, 2015, p. 89). Assim, o *missionário-intérprete* surge no ato do assistencialismo atrelado à atividade de tradução/interpretação da língua de sinais, em contexto de instituições religiosas (tradicionalmente a Igreja Católica) e de matriz protestante, sendo elas: Adventista, Batista, Luterana, Metodista, Presbiterianas e Testemunhas de Jeová (Nascimento, 2012, p. 68). Os grupos religiosos eram espaços solidários aos surdos, tendo como foco a acessibilidade linguística (Libras e Português) e educacional nas interações, além de serem comunidades que ampliavam os conhecimentos em Libras e de letramentos aos surdos (Gurgel, 2010, p. 41; Lacerda, 2010, p. 137; Silva, 2011, p. 122). E, muitas vezes, o vínculo de amizade e de solidariedade estabelecia solicitações, por partes dos membros religiosos surdos, com foco na ajuda ou na cumplicidade fraterna para realizar uma interpretação gratuita (Gurgel, 2010) em contextos comunitários (ambiente jurídico, administrativo e de saúde).

Depois de um tempo de interação e de atuação em diversos contextos, os ouvintes sinalizantes tornavam-se intérpretes, mas sempre precisavam ser avaliados se tinham ou não fluência e competência comunicativa pelos surdos (Cokely, 2005). Com isso, os TILSP assumiam “uma postura assistencialista perante as pessoas surdas” (Gurgel, 2010, p. 41), principalmente, na atuação como tradutores e intérpretes religiosos, com foco na evangelização dos surdos (Melo, 2013, pp. 33-34).

Os membros não nativos das Comunidades Surdas que se mostravam aliados dos surdos obtinham a confiança destes e, em seguida, eram solicitados a interpretar ou transliterar em língua de sinais (Cokely, 2005, p. 4). No entanto, essa obtenção de confiança não perpassava por critérios linguísticos, ou seja, essa avaliação era um julgamento informal e realizado pelo convívio, entre surdos e ouvintes, dentro das Comunidades Surdas. Os TILS eram considerados promissores intérpretes e os que já eram julgados competentes se tornavam um tecido da Comunidade e, também, muitas vezes, tornavam-se conselheiros dos surdos, além de atuarem em contextos comunitários e dentro das associações de surdos (Cokely, 2005, p. 4). Ou seja, o aprimoramento profissional ocorreu pelo empirismo, no contato e pelo uso da língua (Anater & Passos, 2010, p. 222) e esses indivíduos se tornaram intérpretes de modo fortuito (Rosa, 2005, p. 86).

Panorama de criação de cursos de TILSP

É importante ressaltar, desde já, que nem sempre foram obtidas informações sobre os proponentes dos vários cursos mencionados a seguir neste artigo. Sempre que não houver a menção ao nome do proponente do curso é porque essa informação não foi obtida neste ponto em que se encontra a pesquisa. Verificou-se que muitos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) não disponibilizam essas informações. Essa lacuna precisará ser preenchida com pesquisas em outros documentos ou bases de dados nas fases posteriores da pesquisa.

No Brasil, em 1977, houve a fundação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA)⁶ por ouvintes. Em 16 de maio de 1987, houve a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em uma Assembleia Geral, reestruturando e renomeando a FENEIDA para FENEIS (mais tarde, se tornando filiada à *World Federation of the Deaf* – WFD). Com essa nova constituição, a FENEIS recebeu apoio da Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE)/Ministério da Justiça e deu-se início ao estabelecimento de convênios para a inserção de surdos no mercado de trabalho e da formação de intérpretes de Libras para atuarem em diversos contextos comunitários e sociais (Filietaz, 2006, p. 89).

Em 1988, o I Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais, organizado pela FENEIS, possibilitou o intercâmbio entre os TILSP brasileiros, com foco na avaliação sobre a ética profissional e na discussão sobre o que significava ética em interpretação da Libras (Filietaz, 2006, p. 90; Russo, 2010, p. 28). A partir desse encontro, houve um movimento de interesse dos TILSP, repensando, assim, as práticas profissionais na atuação para surdos.

LEMOS, Glauber de Souza; CARNEIRO, Teresa Dias. Panorama histórico de cursos de formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa. *Belas Infêis*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 01-36, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: <https://doi.org/10.26512/belasinfeis.v10.n2.2021.33393>

A participação de TILSP em eventos científicos possibilitou aprimoramento formativo e que a participação em “assembleias legislativas de municípios e estados, entre outros, seja [fosse] mais exigente em relação à qualificação dos TILS” (Gurgel, 2010, p. 54). No ano de 1992, ocorreu o II Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais também organizado pela FENEIS (Quadros, 2004, p. 14). Nesse encontro, foi criado o Departamento Nacional dos Intérpretes (dentro da estrutura da Federação) e houve a aprovação de um documento correspondente ao Código de Ética de Tradutores-Intérpretes de Línguas de Sinais, já deliberado em âmbito internacional (Russo, 2010, p. 28). Oficializou-se, assim, o Código de Ética dos TILSP brasileiros, incluindo questões referentes à postura e ética profissional.

Em 1993, em São Luiz, Maranhão, houve registro de cursos de formação e de atuação de TILSP (Sousa, 2010). Na capital maranhense, os ouvintes foram formados como Tradutores/Intérpretes de Libras em âmbito religioso (igrejas evangélicas), para, assim, se tornarem missionários aos surdos. Sousa (2010, p. 61) rememora que a missionária Valéria Cardoso Ewerton, da Igreja Batista de Getsêmani, foi multiplicadora do ensino da Libras, criando cursos de línguas de sinais para professores da rede pública estadual de São Luís.

10

Em meados dos anos 1990, muitas cidades brasileiras passaram a contar com formações e capacitações para instrutores surdos e para TILSP, organizadas pela FENEIS. Os cursos oferecidos pela Federação eram denominados Cursos de Multiplicadores de Profissionais e incluíam um currículo básico de aulas da Libras e de linguística contrastiva (Quadros & Santos, 2010, p. 93).

Segundo o Relatório da FENEIS de 1997⁷, no item em que se apresenta o Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS, encontram-se informações sobre: os objetivos da coordenação, os compromissos com a comunidade surda, a Libras, o registro de TILS e o cumprimento do código de ética dos TILS. Em seguida, o relatório informa que a Federação promoveu “pela primeira vez, na FENEIS/Matriz Rio de Janeiro, o curso de Capacitação Profissional de Intérpretes de LIBRAS, com duração de 80 horas/aula, distribuídas em carga horária específica de prática e teoria” (FENEIS, 1997, pp. 16-17). O documento acrescenta, ainda, que o “curso contou com valiosas participações de docentes de alto nível técnico que atuam na área” (*op. cit.*), e, também, que TILS já atuantes profissionalmente “têm buscado com afinco aperfeiçoamento de suas tarefas a fim de serem realmente úteis onde quer que estejam atuando” (*op. cit.*). O relatório finaliza com uma informação preciosa: “cerca de 16 alunos concluíram o módulo I e receberam seus certificados. Esse encontro entre docentes e discentes

veio ampliar conhecimentos e favorecer o desempenho de tarefas de forma profissional, técnica e ética” (*op. cit.*).

No mesmo ano de 1997, houve o registro do 1º Curso de Formação de Intérpretes de Libras (de curta duração), em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em parceria entre a FENEIS/RS e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O curso foi ofertado por professores ligados ao Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos – NUPPES/UFRGS (Goulart & Bonin, 2019, p. 59), mas a maioria dos professores desconhecia o campo de interpretação da Libras e dos Estudos Surdos (Quadros, 2004, p. 41; Russo, 2010, p. 28).

As formações de TILSP também aconteciam em cursos livres e em cursos de capacitação profissional, por exemplo, nos cursos desenvolvidos pelos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), em redes estaduais de ensino (Faria & Galán-Mañas, 2018, pp. 268-269).

Vimos até aqui que os TILSP atuavam em contextos comunitários, sem exigência de formação em cursos específicos e, também, eram selecionados pelos próprios surdos, em associações e em instituições religiosas para atuarem como TILSP. Com a criação da FENEIS e com a consolidação de um Departamento de TILSP dentro da Federação, fomentou-se a institucionalização da oferta de cursos de formação para TILSP, em âmbito nacional. Os eventos acadêmicos desenvolvidos pela FENEIS aguçaram o interesse dos TILSP em buscar mais formação em contextos universitários.

No início do século XXI, na década de 2000, em contexto nacional, há uma virada no profissionalismo dos TILSP, marcada pelas criações de associações de profissionais tradutores intérpretes e guias-intérpretes de línguas de sinais (APILS) e pelas formações de TILSP nas associações. Veremos, também, que há um redimensionamento do âmbito de formação de TILSP, migrando das associações para o ensino superior.

Em 2000, ocorreu o 2º Curso de Formação de Intérpretes de Libras, no Rio Grande do Sul, em parceria entre a FENEIS/RS e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo oferecida uma formação de 200 horas (Russo, 2010, p. 29; Laguna, 2015). Outra formação aconteceu na cidade de Pelotas e no mesmo ano de 2000. O Curso de Capacitação de Intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) foi promovido em formato intensivo, totalizando-se 24 horas de curso, com as aulas ministradas pelo professor Ricardo Sander; os conteúdos abrangeram as conceituações de tradução/interpretação, as modalidades de interpretação simultânea/consecutiva, a organização para interpretar em contextos externos, o código de ética e prática de interpretação; os alunos receberam um atestado de reconhecimento como fluentes

em Libras. Esse curso foi oferecido com parceria entre a Associação dos Surdos de Pelotas (ASP), uma Escola Especial para Surdos e a FENEIS/RS (Goulart & Bonin, 2019, p. 63).

E, em 19 de dezembro de 2000, com foco na perspectiva da acessibilidade comunicacional, a Lei nº 10.098, em seu *Capítulo VII - Da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização*, estabeleceu normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas surdas:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. (BRASIL, 2000)

12

No ano de 2001, o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, proposto pela FENEIS em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados/MEC, teve como objetivo divulgar e expandir o uso da Libras por todo o Brasil. A Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE), vinculada ao Ministério da Justiça/Governo Federal, e a FENEIS realizaram muitos cursos de extensão para formação de TILSP. O “Programa Interiorizando a Libras”, organizado pela FENEIS, entre os anos de 2002 a 2008, obteve convênio e financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), oportunizando, assim, cursos de formação para TILSP, denominados Internalizando Libras, Curso de Multiplicadores e Instrutores de Língua de Sinais Brasileira, e Formação e Curso de Extensão aos Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira. A carga horária total compreendia 240 horas, tendo sido capacitados por volta de 1.740 professores e 400 surdos, em diversos estados brasileiros, tais como: Acre, Roraima, Tocantins, Amapá, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás e São Paulo. Em 2008, a professora TILSP Tatiane Militão de Sá, que foi coordenadora do Centro de Estudos de Libras e Educação de Surdos (CELES), e a professora Tanya Amara Felipe de Souza ofereceram um curso de Capacitação para Instrutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, na sede matriz

da FENEIS, no Rio de Janeiro. O projeto foi conveniado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, por meio do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência e do Programa Nacional de Acessibilidade. Nesse curso, havia pré-requisitos para o ingresso, tais como (i) ter curso de Libras completo, (ii) maior escolaridade e (iii) proficiência em Libras que deveria ser avaliada por uma banca.

Entre os anos de 2002 e 2004, houve mais formações de TILS, em Pelotas/RS, com certificações pela FENEIS/RS. Em 2002, o Curso de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi ofertado pela FENEIS/RS, no mês de janeiro, com carga horária de 150 horas (Goulart & Bonin, 2019, p. 67). O conteúdo programático centrou-se na história da educação de surdos, cultura surda, ética profissional, estudos linguísticos e comparativos, legislação, escrita de Libras, tradução e interpretação, estágio de interpretação. Os professores foram: Carlos Alberto Góes, Gládis Perlin, Sandro Fonseca, Ângela Russo e Maria Cristina Pereira. Outro registro de formação foi em 2004, na mesma cidade de Pelotas e a mesma parceria da FENEIS/RS, o Curso de Intérprete de Libras, ocorrendo no mês de janeiro, com 104 horas de carga horária. O programa se subdividia em três itens: técnicas de interpretação, linguística e avançado. Os professores foram Ângela Russo, Maria Cristina Pires Pereira, Lodenir Karnopp, Tibiriçá Vianna Maineri (Goulart & Bonin, 2019, p. 69).

No contexto legislativo, houve luta política e conquistas legislativas para as Comunidades Surdas. Os TILSP conquistaram o *status* e o empoderamento profissional (Vasconcellos, 2010, p. 121). Veremos, a seguir, que na legislação brasileira há contrassensos e contrapontos, mas também há avanços.

Depois de muita luta dos Movimentos Sociais Surdos, em 2002, houve o reconhecimento legislativo da Libras, por meio da Lei nº 10.436, em 24 de abril, resultando no *status* linguístico da Libras. Essa lei promoveu o direito linguístico dos surdos brasileiros a se comunicarem em uma língua visual-espacial. As pesquisas acadêmicas brasileiras já apontavam que a Libras era uma língua e tinha um sistema linguístico – em todos os seus níveis estruturais e gramaticais (Brito, 1984, 1985, 1986, 1995; Felipe, 1988, 1989; Karnopp, 1994, 1997; Quadros, 1995, 1997, 1999; Skliar, 1998, 1999; Karnopp & Quadros, 2001; dentre outros). Assim, fomentou-se uma reorganização escolar, com novas políticas educacionais e linguísticas para o público surdo, em perspectiva de Educação Bilíngue, em escolas bilíngues e/ou em escolas inclusivas (BRASIL, 2015, art. 27, inciso IV; Lemos, 2019, p. 32).

Em âmbito nacional, algumas instituições escolares compreenderam que os surdos brasileiros são uma “comunidade de falantes nativos” (Lima, 2018, p. 31) e uma minoria

linguística, tendo deveres e direitos políticos, sociais, educacionais, linguísticos. Precisava-se cumprir/implementar e garantir aos surdos o direito à educação bilíngue, podendo ser em espaços especializados na Educação de Surdos ou “em espaço inclusivo marcado pela presença do intérprete educacional como serviços de apoio especializado” (Albres, 2011, p. 2153). Notavelmente, a presença de TILSP tornou-se “mais visível e as políticas linguísticas em torno da língua de sinais passam a constituir-se como uma condição necessária de inclusão de pessoas surdas nos diferentes espaços do cenário educacional brasileiro” (Quadros & Santos, 2010, p. 98).

Após esse momento, os TILSP foram se inserindo na atuação profissional educacional, mas sem formação acadêmica. Na interpretação em sala de aula, foram conhecidos como mediadores de conteúdos e mensageiros do conhecimento, ou seja, eram intermediadores como um elo ou uma ponte entre as duas culturas, mas sendo responsáveis “pelo acesso à informação e à compreensão pela pessoa surda daquilo que é dito” (Anater & Passos, 2010, p. 209). Os TILSP estavam atuando em “situações de informalidade, sem remuneração, baseados em sua intuição ou numa convenção entre colegas sem nenhuma base mais qualificada” (Lima, 2018, p. 21). Houve contratação de “pessoas desqualificadas para atuar na tradução e/ou interpretação” (Quadros & Santos, 2010, p. 96).

14

O ingresso de surdos no ensino superior aumentou substancialmente (Rodrigues, 2017, p. 118), fazendo com que as instituições começassem a contratar os TILSP “não mais como professores, mas com a função de Intérprete” (Filietaz, 2006, p. 91). No entanto, a exigência formativa não era relevante, porém, algumas instituições de ensino superior exigiam que os TILSP tivessem “o grau mínimo de Pós-graduação (Especialistas)” ou tivessem passado pela banca examinadora da FENEIS (Filietaz, 2006, p. 91). Assim, nesse período, intensificaram-se as discussões e as implementações (Albres, 2012, p. 15) da necessidade de atuação dos TILSP; da inclusão de alunos surdos, em salas de aula, do ensino regular, com proposta de Educação inclusiva; e das diretrizes para sua formação dos TILSP.

Em Fortaleza, Ceará, no ano de 2004, o programa de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento a Pessoas Surdas (CAS) ofereceu um curso de formação de TILSP, entre o período de 11 de setembro a 16 de dezembro de 2004. O curso foi uma parceria do CAS com a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETE) e a FENEIS, tendo a duração de 162 horas e formando 30 TILSP. Assim, esses profissionais começaram a atuar em escolas inclusivas e/ou especiais e em universidades (Hortêncio, 2005).

O primeiro curso de ensino superior de formação de TILSP foi ofertado em 2004, pela Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, oferecendo uma Graduação Tecnológica em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais, com duração de dois anos e tendo formado apenas duas turmas. Em seguida, o segundo curso a oferecer formação em ensino superior para TILSP foi a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), em 2005, que iniciou o Curso Superior de Tradução e Interpretação com habilitação em Libras-Língua Portuguesa (Gurgel, 2010, p. 59).

Outra virada legislativa fortificou as Comunidades Surdas, por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, promulgando a regulamentação da Lei da Libras. Nesse decreto determinam-se atribuições às instituições públicas e privadas, recomendando que: (i) a Libras seja incluída como disciplina curricular, em Educação Básica e em Ensino Superior; (ii) deverá ser promovida a formação de professores, em cursos de graduação de Letras-Libras e de Pedagogia Bilíngue; (iii) deverá ser criada a formação em tradução e interpretação da Libras/Português; (iv) fosse garantido o direito à educação e à saúde das pessoas surdas (Lemos, 2019). É nessa legislação que, pela primeira vez, foi incluída a expressão *Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa – TILSP* (Martins & Nascimento, 2015, p. 92). Já nos artigos 17, 18, 19 e 20, incluem-se orientações e exigências sobre a formação de TILSP, em nível superior e em nível médio. No artigo 17, designa-se que essa formação “deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa”, em um período de dez anos.

A partir desse momento, começa-se a construir a figura do TILS, em contexto nacional (Gurgel, 2010, p. 55). Em seguida, o Decreto nº 5.626/2005 previu que os TILSP pudessem atuar profissionalmente, em um período de dez anos, mas tendo uma certificação de proficiência em Libras/Português e aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Libras (PROLIBRAS).

A criação deste exame nacional, previsto para vigorar até que ocorra formação específica para os profissionais TILS em nível superior, é um modo de reconhecer aqueles que já atuavam nessa função, além de rapidamente certificar profissionais para oferecer ao mercado, que, com a vigência do próprio decreto, demandava com urgência TILS para atuarem nas salas de aula. (Lacerda, 2010, p. 142)

O primeiro exame de certificação foi em 2006 e o último em 2015, totalizando sete edições e certificando 8.291 profissionais TILSP (Lima, 2018, p. 58). No entanto, o PROLIBRAS não avaliava as competências dos TILSP (Gurgel, 2010, p. 58), porque, para realizar o exame, não era exigida nenhuma formação específica e comprobatória na área de tradução e interpretação em libras.

As pesquisas acadêmicas em ETILS (Leite, 2004; Rosa, 2005; Filietaz, 2006; Martins, 2009; Gurgel, 2010; Santos, 2006, 2010; dentre outros) apontaram novos rumos para as formações acadêmicas para TILSP e GIS, tais como exigir que esses profissionais tivessem formação em extensão universitária e/ou formação continuada, formação em graduação de Letras-Libras, pós-graduação em Tradução e Interpretação de Libras. Com essas pesquisas em espaços acadêmicos, a atividade tradutória/interpretativa é reunida entre a técnica e a teoria.

Em 2006, foi criada a Graduação em Licenciatura em Pedagogia (ênfase bilíngue – Libras/Português), no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), na modalidade presencial, sendo impulsionada pelas professoras Maria Marta Ferreira da Costa Ciccone e Monique Mendes Franco⁸; e, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a criação da Graduação em Licenciatura em Letras-Libras, em modalidade de Educação a Distância (EaD), sendo impulsionada e elaborada pelos professores Ronice Müller de Quadros e Vilmar Silva e representantes surdos da FENEIS, com oferta para todo o território nacional (Quadros, 2014)⁹.

Em 2007, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), ofereceu a Graduação Tecnológica em Comunicação Assistiva (Libras/Braille), tornando-se o terceiro curso de graduação para formação de TILSP (Gurgel, 2010, p. 59)¹⁰.

A Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Rio de Janeiro (APILRJ), quando foi presidida e coordenada por Gildete da Silva Amorim Mendes Francisco, no período de 2007 a 2011, promoveu o Curso de Formação e Extensão de Intérpretes de Libras, vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF) e, depois, em parceria com a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Em 2008, com o financiamento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a UFSC inaugurou o Curso de Graduação de Bacharelado em Letras/Libras¹¹, oferecido na modalidade a distância, com 15 polos, 450 vagas (30 vagas em cada polo) e duração de quatro anos. As 15 instituições que se tornaram polos do bacharelado foram: (1) UFSC em Florianópolis/SC (inicialmente coordenado por Ronice Quadros e depois por Karin Strobel)¹²; (2) Universidade Estadual do Pará (UEPA) em Belém/PA; (3) Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG) em Belo Horizonte/MG; (4) Universidade de Brasília (UnB) em Brasília/DF;

(5) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em Campinas/SP; (6) Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Curitiba/PR; (7) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em Dourados/MS; (8) Universidade Federal do Ceará (UFC) em Fortaleza/CE; (9) CEFET-GO em Goiânia/GO; (10) CEFET-RN em Natal/RN; (11) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em Porto Alegre/RS; (12) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Recife/PE; (13) INES no Rio de Janeiro/RJ; (14) Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador/BA; e (15) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em Vitória/ES (Rodrigues, 2018, p. 200). O objetivo era formar mais de 400 bacharéis em tradução e interpretação de Libras e Português. Lacerda (2010, p. 143) analisa o currículo do curso oferecido pela UFSC, subdividido em três eixos formativos: (1) *formação básica*, com conhecimentos básicos de linguística e de tradução/interpretação; (2) *formação específica*, com conhecimentos sobre os aspectos educacionais de surdos e os aspectos linguísticos da Libras; e (3) *formação profissional*, com conhecimentos técnicos e práticos da tradução e da interpretação das línguas (Lacerda, 2010, p. 143; Santos, 2010, p. 155). O Curso de Letras/Libras demarca a institucionalização efetiva, econômica, política e acadêmica de TILS brasileiros (Santos, 2010, p. 155). Atualmente, as ofertas de Curso de Graduação de Bacharelado em Letras/Libras somam-se oito, sendo eles: (1) Letras Libras: Bacharelado EaD – UFSC; (2) Letras Libras: Bacharelado – UFSC; (3) Letras Libras: Bacharelado – UFRJ; (4) Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português: Bacharelado – UFG; (5) Letras Libras: Bacharelado em Tradução e Interpretação – UFES; (6) Graduação em Letras/Libras: Bacharelado – UFRR; (7) Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/ Língua Portuguesa – UFSCar; (8) Bacharelado em Letras: Tradutor e Intérprete de Libras – UFRGS.

17

A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes de Línguas de Sinais (FEBRAPILS)¹³, filiada à *World Association of Sign Language Interpreters* (WASLI), foi fundada em 22 de agosto de 2008. A Federação buscou realizar um trabalho em parceria com as APILs, tendo como foco a defesa dos interesses da categoria de TILSP e de GIS. A Federação se comprometeu em atuar sobre três grandes pilares para garantir um serviço de qualidade de tradução e interpretação de língua de sinais às pessoas surdas, sendo eles: formação inicial e continuada dos TILSP; profissionalização dos TILSP; e fomento do engajamento político dos TILS. A própria instituição promoveu diversos cursos formativos aos TILSP em todo o país.

Em 2009, o curso da PUC-Campinas, em São Paulo, ofereceu a Graduação em Tecnologia em Comunicação Assistiva: Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de

LEMOS, Glauber de Souza; CARNEIRO, Teresa Dias. Panorama histórico de cursos de formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa. *Belas Infieis*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 01-36, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: <https://doi.org/10.26512/belasinfeis.v10.n2.2021.33393>

Sinais. O curso pretendeu oferecer uma grade curricular imbricada em uma estrutura para formação humanística, permitindo que os graduandos pudessem compreender a realidade histórico-político-social como cidadãos e como profissionais. Além disso, o curso buscou uma formação técnico-científica, a fim de refletir sobre as competências teóricas, práticas e profissionais no âmbito da Tradução e Interpretação de Libras¹⁴.

Em 2010, a Associação de Intérpretes/Tradutores de Libras do Ceará (APILCE), ofereceu o Curso de Formação de TILS, com mais de 300 horas, abarcando as temáticas interculturais da Comunidade Surda, questões linguísticas da Libras, Estudos da Tradução, terapia ocupacional, práticas de interpretação em laboratórios (Lemos & Sousa, 2010).

Mesmo tendo ofertas de cursos em nível de graduação, muitos TILSP continuaram buscando formação continuada (Gurgel, 2010, p. 62). De fato, o mercado de trabalho, muitas vezes, exige habilidades além do conteúdo acadêmico e, por isso, os TILSP buscam formações contínuas e em diversos espaços (Quadros & Santos, 2010, p. 101).

Em um período de nove anos, entre 2000 a 2009, as exigências formativas para TILSP derivaram-se dos Movimentos Sociais Surdos, de políticas públicas e legislativas governamentais e do reconhecimento da Libras como língua. A partir daí, o ingresso dos surdos no ensino superior fez com que as legislações determinassem: a exigência mínima de formação de TILSP para atuar no atendimento aos surdos em diversos contextos, a obrigatoriedade de formação em cursos de nível superior e a obrigatoriedade de disponibilizar TILSP em todas as esferas governamentais e em todos os contextos comunitários. Exemplo disso foi a promulgação, em 1º de setembro de 2010, da Lei nº 12.319, regulamentando a profissão de Tradutores-Intérpretes de Libras/Português e Guias-Intérpretes para Surdocegos. No artigo 4º, exige-se dos profissionais atuantes em nível médio (Educação Básica), que obtenham formação em extensão universitária e formação continuada, promovida por Instituições de Ensino Superior. Já os profissionais que atuam em nível superior, segundo o artigo 3º, precisam ter graduação em Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. No entanto, os artigos 3º¹⁵ e 8º¹⁶ foram vetados.

Entre os anos de 2011 a 2019, houve flutuação e expansão de cursos de formação de TILSP. As ofertas de cursos centraram-se em técnico pós-médio, extensão universitária, graduação e pós-graduação. Na década de 2010, intensificaram-se as pesquisas acadêmicas sobre a urgência da formação acadêmica de TILSP, assim como apontam Albres (2011) e Martins e Nascimento (2015):

. . . o que nos cabe discutir nesse momento é a formação do tradutor intérprete que perpassa as questões de competência na língua portuguesa e na língua de sinais e de suas competências na área educacional para atuar junto a alunos surdos incluídos no ensino regular. (Albres, 2011, p. 2154)

. . . empoderamento da regulamentação da língua de sinais e de uma política da diferença que emerge a institucionalização da formação de tradutores e de intérpretes de língua de sinais na esfera acadêmica. (Martins & Nascimento, 2015, p. 83)

No estado de São Paulo, no ano de 2010, a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) ofereceu a Graduação Tecnológica de Tradução e Interpretação de Libras, que deveria ser cursada em três anos, e a Universidade Paulista (UNIP) ofereceu a Pós-Graduação em Interpretação da Libras, com 360 horas (Russo, 2010, p. 29). Em seguida, a PUC-Campinas ofereceu a Pós-Graduação Especialização em Libras: Interpretação e Tradução¹⁷.

No Rio de Janeiro, em 2011, a Faculdade de Letras da UFRJ passou a oferecer o Curso de Especialização em Libras: Ensino, Tradução e Interpretação¹⁸ com carga horária de 460 horas. O curso tem como objetivo formar professores para atuarem no ensino de Libras, bem como profissionais nas áreas de interpretação e tradução de Libras/Português e de Português/Libras. A professora Deize Vieira dos Santos foi a proponente do curso, que ficou vinculado ao Departamento de Linguística da Faculdade de Letras da UFRJ, já que o Departamento de Letras-Libras só foi oficialmente criado em 2013. O curso visava preencher uma lacuna de oferta de especialização para uma ampla gama de profissionais envolvidos com a Libras (professores e instrutores graduados ministrando cursos de Libras no ensino fundamental, médio e superior e profissionais graduados envolvidos com tradução/interpretação da Libras/português), que não tinham até o momento opção para dar continuidade aos seus estudos em nível de pós *lato sensu* no Rio de Janeiro.

O Projeto de Extensão Tradução, Interpretação e Mediação em Libras nos espaços de Arte e Cultura, na cidade de Vitória, oferecido pela Universidade Federal de Espírito Santo (UFES), de 2011 a 2016, sob coordenação do professor Jefferson Bruno Moreira Santana, fomentou a formação de TILSP em contexto artístico (Santana & Vieira-Machado, 2018). O curso tem como objetivo proporcionar mecanismos de comunicação e estratégias de tradução e de interpretação que deem acesso à comunidade surda ao conhecimento cultural e artístico por meio de espaços culturais, tais como no Museu de Arte do Espírito Santo Dionísio Del Santo, Palácio Anchieta, Galeria de Artes da UFES e Teatro Carlos Gomes.

Em 2011, no Rio de Janeiro, o Centro de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez/Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC/CAS-RJ)¹⁹, coordenado pela professora Leticia Peçanha Medeiros da Cunha organizou a I Capacitação de Intérpretes da Rede Estadual de Ensino, realizada na Universidade Estácio de Sá, tendo várias oficinas práticas e palestras sobre a formação de TILS educacionais.

O Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, instituiu o Programa Viver Sem Limite, tendo como objetivo implementar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, prevendo o investimento²⁰ no valor²¹ de R\$ 7,6 bilhões até 2014. O plano exigiu ações que precisariam ser desenvolvidas por 15 ministérios, concentradas em quatro eixos de atuação: acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade. No âmbito educacional, as instituições federais de educação superior precisaram: (1) contratar novos professores; (2) adquirir novos materiais de consumo e capital (estúdios, laboratórios, equipamentos); e (3) criar cursos de graduação para formação em Pedagogia, em Libras e em TILSP, com ênfase na educação bilíngue – Libras/Português (Martins & Nascimento, 2015, p. 95; Faria & Galán-Mañas, 2018, p. 268). Com isso, houve a proposta de criação de 27 cursos de graduação em Letras/Libras (licenciatura e bacharelado) e de 12 cursos de graduação em Pedagogia na perspectiva bilíngue; além da oferta de 690 vagas para as Instituições Federais de Educação para a contratação de profissionais atuarem na educação de surdos (CEDES, 2014).

Outra opção de curso de formação de TILSP ocorreu com o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O PRONATEC foi criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, ampliando a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No ano seguinte, em 06 de julho de 2012, o Conselho Nacional de Educação (Câmara da Educação Básica) do Ministério da Educação deliberou a Resolução nº 04, regulamentando a formação de TILSP, em cursos de educação profissional em nível médio (Ensino Médio Técnico).

Outra mudança significativa para a exigência de formação de TILSP ocorreu em 2015. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nº 13.146, de 06 de julho de 2015, no capítulo IV, salienta a respeito do “Direito à Educação”. O artigo 18 dispõe que o poder público deve “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” os TILSP, para, assim, serem “direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação”, além de que esses profissionais “devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras”

(BRASIL, 2015, XI, § 2, inciso II). O artigo 73 confere ao poder público a promoção de capacitação aos TILSP e GIS, para que exerçam a mediação e a interação de sujeitos surdos, com mais competência, proficiência e qualidade, em diversas situações e contextos, tais como educacional, social e cultural.

No ano de 2015, o Curso de Extensão em Formação de Tradutores e Intérpretes de Libras em Nível Médio (FORMATILSP)²² começou a ser oferecido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), situado no Território do Piemonte Norte do Itapicuru, na cidade de Senhor do Bonfim/Bahia (Freitas, 2018), com coordenação do professor Isaac Figueredo de Freitas. A região tem carência de formação profissional de TILSP e, por isso, ofertam-se 30 vagas para a composição de turma. O processo seletivo exigiu, obrigatoriamente, formação em nível médio, abarcando, ainda, aprovação por títulos (experiência profissional e carta de intenção) e entrevista. A matriz curricular do FORMATILSP soma 480 horas, em oferta de disciplinas presenciais, com bases teóricas e práticas, subdivididas em: Libras I, II, III (120 horas); Escrita de Sinais I e II (80 horas); Estudos da Tradução I e II (80 horas); TILSP (40 horas); Laboratório de TILSP I, II, III, IV (160 horas).

Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em 2015, houve a criação dos Projetos de Extensão: (i) Libras em uso: discurso, ensino, tradução e interpretação em ações de formação com as comunidades surdas, sendo coordenado pelo professor Marcus Vinicius Batista Nascimento, com objetivo de contemplar ações de formação, de uma perspectiva discursiva, com as associações de surdos, associações de tradutores e intérpretes, escolas da rede pública e outras esferas comunitárias em que a Libras seja pensada como objeto de ensino, tradução e interpretação; e (ii) Ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e Formação continuada para o uso desta língua em diversos contextos sociais, sendo coordenado pela professora Vanessa Regina de Oliveira Martins, com objetivo de desenvolver atividades de extensão, tais como cursos de formação em Libras e colóquios sobre a língua de sinais e a linguagem em circulação.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, entre os anos de 2015 a 2017, foi oferecido o Curso de Extensão Universitária, denominado Projeto de Capacitação de Tradutores e Intérpretes de Libras (PROTILS)²³, sendo coordenado pelo professor Guilherme Lourenço. O PROTILS propôs atividade de formação, com os seguintes objetivos: (i) capacitar os intérpretes educacionais para a tarefa de traduzir e interpretar em ambiente de sala de aula; (ii) promover discussões sobre práticas tradutórias e interpretativas, questões relacionadas à competência tradutória, teorias de tradução e interpretação, especificidades da tradução/interpretação

intermodal e outros temas que levem a uma reflexão por parte de todos os envolvidos; e (iii) criar um espaço de socialização e reflexão acerca das práticas e vivências trazidas pelos profissionais em atuação em diferentes níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Atualmente, o projeto se estendeu e promove o Curso de Capacitação Interpretação-Voz: Libras para Português.

Na UFSC, o Programa de Extensão Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais na Esfera Jurídica (TILSJUR)²⁴, sendo coordenado pela professora Silvana Aguiar dos Santos, iniciou as suas atividades formativas em novembro de 2016. O TILSJUR busca promover ações de formação de TILSP e de profissionalização de TILSP para atuarem com proficiência e qualidade em contexto jurídico. Os objetivos são: (i) compreender a tradução e a interpretação de Libras para a esfera jurídica; (ii) estudar terminologias jurídicas para Libras; (iii) promover acesso das comunidades surdas ao judiciário; (iv) fomentar a formação de TILSP no contexto jurídico e (v) alavancar seminários, palestras e mesas redondas sobre a atuação de tradução/interpretação no contexto judiciário.

22

No Rio de Janeiro, em 2016, na Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PROLEM), as professoras Tatiana Militão de Sá e Gildete da Silva Amorim Mendes Francisco ofereceram o Curso de Formação de Intérpretes de Libras. E, em 2017, a mesma instituição e as mesmas coordenadoras ofereceram o Curso de Técnica e Prática de Tradução e Interpretação em Libras.

Em 2016, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) inaugurou o Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras²⁵. O objetivo principal do curso é formar profissionais técnicos capazes de contribuir com o desenvolvimento local e regional. Com a carga horária de 1.200 horas, sendo distribuídas em quatro semestres (dois anos), os alunos estudam: Libras I, II, III e IV; Estudos Linguísticos I e II; Tradução e Interpretação em Língua Portuguesa: Modalidade Escrita e Oral I e II; Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa I e II; Ética Profissional; Movimentos Políticos, Sociais e Culturais; Corpo, Cultura e Movimento; Expressão Corporal, Técnica Vocal e Oratória; Tradução e Interpretação na Educação; Tradução Textual LP – LS / LS – LP; Tradução e Interpretação em Língua de Sinais: Modalidade Visual I e II; Tradução e Interpretação nos Serviços Públicos; Tradução e Interpretação Midiática; Escrita de Língua de Sinais – ELS; Atividade de Prática Profissional I e II.

No ano de 2016, a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) lançou o Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras²⁶. A formação ocorre

LEMOS, Glauber de Souza; CARNEIRO, Teresa Dias. Panorama histórico de cursos de formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa. *Belas Infêis*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 01-36, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: <https://doi.org/10.26512/belasinfeis.v10.n2.2021.33393>

em dois anos, tendo a carga horária total de 1.200 horas. No mesmo estado, no ano seguinte, em 2017, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) lançou o primeiro curso a distância, o Curso Técnico de Nível Médio em Tradução e Interpretação de Libras²⁷. O curso tem carga horária de 1.500 horas, com duração de dois anos. O objetivo do curso é qualificar TILSP nos processos, modelos, estratégias e técnicas que envolvem o processo de tradução/interpretação.

Em 2017, na UFSC, o Projeto de Extensão Formação Continuada para Professores Intérpretes Educacionais foi criado e coordenado pelo professor José Ednilson Gomes de Souza Júnior, com objetivo de formar TILSP para atuarem na rede municipal de ensino de Florianópolis/Santa Catarina.

No INES, pela primeira vez em toda a sua história de 160 anos, foi oferecido, em 2017, um Curso de Extensão – Formação Continuada do Profissional Tradutor Intérprete Educacional de Língua Brasileira de Sinais (Libras)/Língua Portuguesa (TILSP): nos espaços de educação superior²⁸, com carga horária de 180 horas. O curso foi organizado pelos TILSP Laura Jane Messias Belém, Renata dos Santos Costa, Glauber de Souza Lemos e Luiz Cláudio de Oliveira Antonio. Os organizadores construíram um projeto de extensão universitária vinculado ao Departamento de Ensino Superior (DESU). Os objetivos principais do curso são: (i) promover estudos dirigidos e subsídios sobre as práticas e o agir do TILSP Educacional e (ii) desenvolver habilidades técnicas na área de tradução e de interpretação, no contexto educacional de nível superior. O curso teve início em 21 de agosto de 2017, findando, a primeira turma, em 25 de julho de 2018. A cada edição, o curso oferece quarenta vagas, subdivididas em vinte para candidatos surdos e vinte para candidatos ouvintes. Assim, até o momento, já foram ofertadas 120 vagas. Atualmente, o curso está em sua terceira edição e será ofertada a quarta edição²⁹.

Em 2018, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), no Campus Palhoça Bilíngue, passou a oferecer o Curso Técnico Integrado em Tradução e Interpretação de Libras/Português³⁰, subsequente ao Nível Médio. Com a finalidade de formar profissionais TILSP, em modalidade presencial, o curso deve ser realizado em quatro anos, tendo 3.200 horas de estudos focados em tradução em Libras de materiais audiovisuais, em interpretação para diversos contextos e situações e em capacidade de articulação de conhecimentos e habilidades circunscritas à tradução e à interpretação da Libras/Português. Na mesma instituição, também é oferecido o Curso de Especialização em Tradução e Interpretação de Libras/Português, com foco na formação de especialistas TILSP, abarcando as disciplinas de: (i) estudos linguísticos aplicados à tradução e interpretação de Libras, (ii) fundamentos dos

estudos da tradução e da interpretação; (iii) políticas linguísticas e políticas públicas; e (iv) prática de tradução de textos especializados. O curso de especialização é distribuído em quatro semestres (dois anos), tendo o total de 460 horas formativas.

Na UFSC em 2019, em uma parceria entre a Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes da universidade e o Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais (INTERTRADS), o professor doutor Carlos Henrique Rodrigues promoveu um curso de formação, denominado Competência Tradutória e Línguas de Sinais: aperfeiçoamento em práticas tradutórias e interpretativas intermodais. Os objetivos do curso são: (i) propiciar aos profissionais TILSP da UFSC um espaço de diálogo, reflexão e aperfeiçoamento; (ii) contribuir com o desenvolvimento de conceitos e estratégias capazes de auxiliá-los em sua prática profissional; e (iii) promover a metarreflexão consciente sobre os processos de tradução e de interpretação em seu cotidiano profissional.

No INES, em 2019, ofertou-se o Curso de Extensão – Tradução de Textos de Português para Libras, com 60 horas, promovendo os conhecimentos específicos em Estudos da Tradução de Línguas de Sinais, com foco no desenvolvimento de Competências Tradutórias. O curso foi elaborado e liderado pelos professores Ana Regina e Souza Campello e Glauber de Souza Lemos, no DESU. O curso ofertou 45 vagas e formou 32 alunos. As atividades de tradução focavam em análises sobre: (i) as dificuldades (sócio)linguísticas e semântico-pragmáticas da complexidade em traduzir fragmentos e textos do Português para Libras; (ii) o entendimento de que a língua de sinais é uma língua visual, multimodal e translíngua; (iii) a tradução intersemiótica, com usos de descrições imagéticas; e (vi) as aplicações dos procedimentos técnicos da tradução.

Ainda no Rio de Janeiro, em 2019, o Colégio Pedro II lançou o Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras profissionalizante e dentro da modalidade subsequente ao Ensino Médio, ministrado no Campus Niterói. O curso ocorre em período diurno e integral, com oferta de 36 vagas, com duração de três semestres. O profissional formado no curso poderá trabalhar em conferências, manifestações culturais, serviços públicos e nas esferas jurídica e médica. Entre as atribuições deste profissional está a interpretação simultânea entre a Libras e o Português e vice-versa, com fluência e coerência em diferentes espaços, e a tradução de publicações em português escrito para vídeos em Libras.

No final da década de 2010, a Portaria nº 443, em 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, alterou a obrigatoriedade da administração pública federal direta de ter em seu quadro efetivo “tradução,

inclusive tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras)”, conforme contido no artigo 1º, alocando a responsabilidade pela implementação de políticas tradutórias e interpretativas em Libras³¹ à “execução indireta”. E, também, por meio do Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018, o presidente Michel Temer alterou os artigos 26 e 27 do Decreto nº 5.626/2005, que antes determinava que as administrações direta e indireta deveriam “dispor” em seus quadros funcionais de profissionais TILSP como “servidores e empregados capacitados para essa função”. No entanto, essa alteração compreende que a administração pública federal, direta e indireta, tenha em seu quadro apenas “cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados *com capacitação básica em Libras*” (grifo nosso) para atuar e, ainda, que as administrações direta e indireta

poderão utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência on-line e webchat, à pessoa surda ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2018)

Ou seja, precarizando, assim, a atuação, a formação e a profissionalização de TILSP, em âmbito nacional³² (Lemos, 2019, pp. 37-38).

Mesmo diante de conflitos políticos no cenário nacional, em 2018, houve assinaturas de Termos de Compromissos com a Comunidade Surda brasileira pelos candidatos presidenciais, tanto Fernando Haddad³³ (Partido dos Trabalhadores – PT) quanto Jair Bolsonaro³⁴ (Partido Social Liberal – PSL). Ambos realizaram pactos caso um dos dois fosse eleito presidente do Brasil em 2018.

Bolsonaro ganhou as eleições de 2018 e, em sua posse em 2019, a primeira-dama Michelle Bolsonaro destacou-se ao dar maior visibilidade à Comunidade Surda, realizando todo o seu discurso de cerimônia de posse em Libras. Em 09 de julho de 2019, por meio do Decreto nº 9.906, o presidente Jair Bolsonaro assinou o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado³⁵ e, mais tarde, o vinculou à Casa Civil da Presidência da República. O Programa articula políticas que estimulem o trabalho voluntário, independentemente da formação profissional. A FEBRAPILS recebeu notificação de que ocorreu cadastramento de TILSP voluntários em instâncias jurídicas e trabalhistas e emitiu uma notificação de repúdio³⁶ ao Ministério da Cidadania, preocupada com a precarização do trabalho dos TILSP brasileiros. Em resposta³⁷, o Ministério da Cidadania, em 06 de dezembro de 2019, emitiu uma resposta à

LEMOS, Glauber de Souza; CARNEIRO, Teresa Dias. Panorama histórico de cursos de formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa. *Belas Infieis*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 01-36, 2021. e-ISSN: 2316-6614. DOI: <https://doi.org/10.26512/belasinfeis.v10.n2.2021.33393>

FEBRAPILS, ressaltando a importância do programa, as suas ações e os objetivos de visibilidade do projeto.

Considerações finais

Nesta pesquisa de cunho historiográfico, apresentamos uma linha diacrônica e sincrônica do percurso de criação de cursos de formação de TILSP, em contexto nacional. Buscamos detalhar quais foram os cursos de formação de TILSP ofertados, apontando os dados de “quando”, “onde”, “por quem” e “para quem” foram criados esses cursos. A rubrica “por quem” foi apenas parcialmente coberta, pois há dificuldade em encontrar informações sobre os proponentes e coordenadores de vários cursos, pois vários PPC e outros documentos não notificam seus nomes. Seria preciso ampliar a pesquisa sobre esses cursos (principalmente os técnicos de Ensino Médio), com projetos de pesquisas (com foco na aprovação em Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) / Conselho Nacional de Saúde (CNS) no sistema da Plataforma Brasil), sobrevivendo de programas de pós-graduação, para, assim, realizar entrevistas de pesquisas com os professores e coordenadores desses cursos, com objetivo de realizar um levantamento histórico e documental em fonte primária.

26

Assim, na bibliografia e nos documentos analisados, pudemos observar que os processos formativos de TILSP foram diversificados. Inicialmente, no século XX, os ouvintes ou familiares ouvintes de surdos eram avaliados e selecionados pelos surdos, em contextos associativos ou religiosos, e, sem nenhuma formação específica, os aliados ouvintes e que detinham a confiança dos surdos atuavam como intérpretes de Libras. No final do século XX, a criação de associações de surdos e de TILSP possibilitou a oferta de cursos de curta duração, ora oferecidos pela FENEIS, ora ofertados pelas associações de TILSP. Em seguida, com a virada do século XXI, as ofertas de cursos se tornaram diversas e, depois disso, alocaram-se no ensino superior, dando oportunidade inclusive para que os TILSP se formassem em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, capacitando-os ainda mais a atuarem no mercado de trabalho e em diversos contextos.

Em um período de vinte anos, entre os anos 2000 e 2020, as exigências mínimas de formação foram flutuantes e, na contemporaneidade, diminuídas, ao sabor das oscilações legislativas causadas pelos governos e pelas políticas públicas governamentais, que ora autorizam exigência de formação em nível superior, ora desautorizam essa exigência formativa de TILSP, afetando, assim, diretamente as ofertas de cursos e os critérios de formação de

TILSP. Isso porque, em um primeiro momento, as políticas legislativas abarcaram as demandas de um mercado crescente, com ingresso dos surdos no ensino superior, refletindo-se na exigência de que os TILSP deveriam ter certificação de PROLIBRAS e formação em nível superior. Em um segundo momento, as políticas legislativas incluíram outras modalidades de oferta de cursos para formar TILSP e em outros níveis formativos, sendo em cursos livres, cursos técnicos (profissionalizantes e pós-médio) e cursos de extensão. Em um terceiro momento, na contemporaneidade, as políticas legislativas retiraram as exigências mínimas de formação, interferindo, substancialmente, nas ofertas de formação em cursos de nível superior de TILSP. Atualmente, podemos perceber dois movimentos que se retroalimentam: a pouca oferta de cursos de formação superior em cidades fora dos grandes centros exerceu uma pressão para o recuo da exigência de formação em nível superior, influenciando os vetos realizados nos artigos das legislações, que focavam na exigência mínima de formação universitária de TILSP, vetos estes que, por sua vez, desestimularam a criação de novos cursos universitários para TILSP.

Em contexto nacional, quando há convocação de voluntários para atuarem como TILSP, pode-se pressupor a precarização profissional e formativa, pois não há como medir e avaliar as competências tradutórias e interpretativas necessárias para o serviço em diversos contextos. Além disso, quando uma legislação exige que “funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras” (BRASIL, 2018) possam atuar no quadro administrativo público e privado, o sistema educacional é pressionado para reduzir a exigência formativa e a garantia dos direitos linguísticos dos surdos. Isso porque o processo de tradução e de interpretação são profundamente complexos e exigem demandas, controles, capacidades, habilidades e competências diferenciados, em contínuo desenvolvimento.

Como pudemos observar, na contemporaneidade, as ofertas de cursos de formação de TILSP são múltiplas, podendo ser em modalidade presencial e a distância. Atualmente, os cursos ofertados são: (i) cursos livres de formação profissional (promovidos por empresas privadas e instituições religiosas, desde que tendo um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – e/ou autorização de Secretarias de Educação); (ii) cursos técnicos profissionalizantes (promovidos por instituições federais de ensino, dentro do período de formação do Ensino Médio); (iii) cursos de extensão universitária (promovidos por Faculdades e Universidades, públicas ou privadas); (iv) cursos de graduação Tecnológica ou Bacharelado de Letras-Libras ou Bacharelado em Tradução e Interpretação da Libras (promovidos por Faculdades e Universidades, públicas ou privadas); (v) cursos de pós-graduação *lato sensu* em Libras ou em

Tradução-Interpretação da Libras (promovido por Faculdades e Universidades, públicas ou privadas); e (vi) cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, Letras, Linguística, Estudos da Linguagem ou Estudos da Tradução (promovidos por faculdades e universidades, públicas ou privadas). Até o momento, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, não há um programa específico para pesquisas focadas somente em ETILS (Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais), mas há linhas de pesquisa que incluem a temática em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Estudos em Tradução e Interpretação, como, por exemplo, no PGET (Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução) da UFSC. Mesmo diante de conquistas e contrassensos legislativos, os profissionais TILSP podem gozar de diversidades formativas e de cursos com temáticas mais específicas. Com isso, os TILSP podem se manter bem formados e atualizados, visando à qualidade profissional e ao desenvolvimento da competência linguística e tradutória/interpretativa para atuarem no mercado de trabalho da tradução.

REFERÊNCIAS

28

- Adamo, S. (2006) Microhistory of Translation. In G. L. Bastin; P. F. Bandia (Eds.) *Charting the Future of Translation History* (pp. 81-97). Ottawa: University of Ottawa Press.
- Albres, N. A. (2011) A formação de intérpretes de libras para um serviço da educação especial. O que os currículos de cursos de especialização em libras têm para nos revelar? *VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial* (pp. 2151-2162). Londrina/Paraná.
- Albres, N. A. (2012) Formação acadêmico-científica do Tradutor/Intérprete de Libras e Português: o processo investigativo como objeto de conhecimento. In N. A. Albres; V. A. A. Santiago (Eds.) *Libras em estudo: tradução e interpretação* (pp. 15-34). São Paulo: FENEIS-SP.
- Albres, N. A. & Souza Junior, J. E.G. (2019). A prática como componente curricular e sua implementação em um curso de formação superior de tradutores e intérpretes de língua de sinais. *Belas Infiéis*, 8(1), 163-188.
- Anater, G. I. P. & Passos, G. C. R. (2010) Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. *Cadernos de Tradução*, 2(26), 207-236.
- Bontempo, K. Signed Language Interpreting. (2015). In H. Mikkelsen & R. Jourdenais (Eds.) *The Routledge Handbook of Interpreting* (pp. 112-128). New York/US: Routledge.
- Borja, A., Izquierdo, I. G. & Moltalt, V. (2009). Research Methodology in Specialized Genres for Translation Purposes. *The Interpreter and Translator Trainer*, 3(1), 57-77.

-
- Brasil. Presidência da República, Casa Civil. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Brasil. Presidência da República, Casa Civil. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Brasil. Presidência da República Casa Civil. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Brasil. Presidência da República, Casa Civil. *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Brasil. Presidência da República, Casa Civil. *Decreto 7.612 de 17 de novembro de 2011*. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.
- Brasil. Presidência da República, Casa Civil. *Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).
- Brasil. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação (Câmara da Educação Básica). *Resolução nº 04, de 06 de julho de 2012*. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Brasil. (2013). Presidência da República, Casa Civil. *Viver Sem Limites: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Brasil. Presidência da República, Casa Civil. *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Portaria nº 443, em 27 de dezembro de 2018*. Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.
- Brasil. Presidência da República, Secretaria-Geral. *Decreto nº 9.906, de 09 de julho de 2019*. Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado e o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.
- Brito, L. F. (1984) Similarities and differences in two Brazilian Sign Languages. *Sign*

Language Studies 42, 45-56, Burtonsville/Linstok Press.

- Brito, L. F. (1985, jun./jul.). Os direitos linguísticos dos surdos. *Revista de Cultura Vozes*, 5, 68-71.
- Brito, L. F. (1986). Integração social do surdo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 7, 13-22.
- Brito, L. F. (1995). *Por uma gramática de línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia.
- Camboim, L., Bezerra, E. P. & Guimarães, I. J. B. (2015) Pesquisando na internet: uma análise sobre metodologias utilizadas em dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB. *Revista Biblionline*, 11(2), 123-134.
- Carneiro, T. D. (2017). Intérpretes de línguas orais e intérpretes de Libras: semelhanças e diferenças na formação, atuação e status social. *Tradução em Revista*, 23, 01-19.
- CEDES. (2014, mai./ago.) Súmula do Programa “Viver Sem Limite”: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Cad. Cedes*, Campinas, 34(93), 263-266.
- Cokely, D. (2005). Shifting positionality: a critical examination of the turning point in the relationship of interpreters and the Deaf Community. In M. Marschark, R. Peterson, E. A. Winston. *Sign language interpreting and interpreter education: directions for research and practice* (pp. 03-28). New York/USA: Oxford University Press.
- D’Hulst, L. (2010) Translation History. In Y. Gambier, L. Van Doorslaer. *Handbook of Translation Studies*, 1 (pp. 397-405). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Faria, J. G. & Galán-Mañas, A. (2018, jan./abr.) Um estudo sobre a formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 1(57), 265-286.
- Felipe, T. A. (1988). *O signo gestual-visual e sua estrutura frasal na Língua dos Sinais dos centros urbanos brasileiros*. [Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco: UFPE].
- Felipe, T. A. (1989). A Estrutura Frasal na LSCB. *Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL*. Recife.
- FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. (1997). *Relatório Anual de 1997*. Rio de Janeiro: FENEIS.
- Filietaz, M. R. P. (2006). *Políticas públicas de educação inclusiva: das normas à qualidade de formação do intérprete de língua de sinais*. [Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba/Paraná: UTP].
- Flick, U. (2009) A pesquisa qualitativa online: a utilização da Internet. In U. FLICK (Ed.).

Introdução à pesquisa qualitativa (pp. 238-253). Porto Alegre: Artmed.

Fragoso, S., Recuero, R. & Amaral, A. (2013). *Métodos de pesquisa para a internet*. Porto Alegre: Sulinas.

Freitas, I. F. (2018). Formação de Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa via Extensão Universitária no Semiárido Baiano. *Revista Trama*, 14(32), 40-52.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29.

Goulart, D. S. M. & Bonin, I. T. (2019). Profissionalização de tradutores/intérpretes de língua de sinais na cidade de Pelotas/RS: um percurso narrado. *Belas Infêis*, 8(1), 55-74.

Guerini, A. & Costa, P. R. C. (2020). A formação de tradutores em periódicos acadêmicos brasileiros online sobre Estudos da Tradução (1996-2016): mapeamento e descritores. *Tradução em Revista*, 28, 32-64.

Gurgel, T. M. A. (2010). *Práticas e formação de Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais no ensino superior*. [Tese de Doutorado em Educação – Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba/São Paulo: UNIMEP].

Hortêncio, G. F. H. (2005). *Um estudo descritivo do papel dos Intérpretes de Libras no âmbito organizacional das Testemunhas de Jeová*. [Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada – Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza/Ceará: UECE].

Karnopp, L. B. (1994). *Aquisição do parâmetro configuração de mão na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos*. [Dissertação de Mestrado em Linguística e Letras – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: PUCRS].

Karnopp, L. B. (1997). *Aquisição fonológica na língua brasileira de sinais: estudo longitudinal de uma criança surda*. [Tese de Doutorado em Linguística e Letras – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: PUCRS].

Karnopp, L. & Quadros, R. M. (2001). Educação infantil para surdos. In E. D. Roman. & V. E. Steyer (Orgs.). *A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado* (pp. 214-230). Canoas: Edulbra.

Lacerda, C. B. F. (2010, mai./ago.). Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. *Cadernos de Educação da FaE/PPGE/UFPel*, 36, 133-153.

Laguna, M. C. V. (2015). *Moralidade, idoneidade e convivência: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de línguas de sinais da atualidade*. [Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação,

Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Rio Grande do Sul: UFRGS].

Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (1992). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.

Leite, E. M. C. (2004). *Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva*. [Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada – Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ].

Lemos, G. (2019). *Narrativas de conflito com alunos surdos e intérpretes de Libras nas relações com a família, a escola e atividades profissionais*. [Dissertação de Mestrado em Letras/Estudos da Linguagem – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio].

Lemos, A. M. & Sousa, A. N. (2010). A avaliação no curso de formação de intérpretes da Associação de Intérpretes/Tradutores de Libras do Ceará. *Anais do II Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira*, 2. Florianópolis/Santa Catarina: UFSC.

32

Lima, M. F. (2018). *Políticas Linguísticas e Tradutores e Intérpretes do par Libras/Português brasileiro: implicações na formação profissional em decorrência da legislação brasileira*. [Mestrado em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/Santa Catarina: UFSC].

Machado, F. M. A. (2017). *Formação e Competências de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais em interpretação simultânea de Língua Portuguesa - Libras: estudo de caso em Câmara de Deputados Federais*. [Tese de Doutorado em Letras – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul/Rio Grande do Sul: UCS].

Martins, D. A. (2009). *Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de Libras em Instituições de Educação Superior*. [Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas/São Paulo: PUC-Campinas].

Martins, V. R. O. & Nascimento, M. B. V. (2015). Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. *Cadernos de Tradução*, 35, 78-112.

Melo, A. V. S. (2013). *A formação e atuação do Tradutor Intérprete de Libras em sala de aula*. [Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes. Aracaju/Sergipe: UNIT].

Milton, J. & Martins, M. A. P. (2010). Apresentação - contribuições para uma historiografia da tradução. *Tradução em Revista*, 8, 01-10.

-
- Nascimento, M. V. B. (2011). *Interpretação da Língua Brasileira de Sinais a partir do gênero jornalístico televisivo: elementos verbo-visuais na produção de sentidos*. [Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada – Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. São Paulo/SP, PUC-SP].
- Nascimento, M. V. B. (2012). Tradutor Intérprete de Libras/Português: formação política e política de formação. In N. A. Albres & V. A. A. Santiago (Orgs.), *Libras em estudo: tradução e interpretação* (pp. 57-72). São Paulo: FENEIS-SP.
- Nascimento, M. V. B. (2016). *Formação de Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa: encontros de sujeitos, discursos e saberes*. [Tese de Doutorado em Linguística Aplicada – Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. São Paulo/SP, PUC-SP].
- Pagano, A. (2001). As pesquisas historiográficas em tradução. In A. Pagano. (Org.). *Metodologias de pesquisa em tradução* (pp. 117-146). Belo Horizonte/Minas Gerais: FALE-UFMG.
- Pym, A. (2014 [1998]) *Method in Translation History* (p. 1-19). London and New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Quadros, R. M. (1995). *As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na língua de sinais brasileira e reflexos no processo de aquisição*. [Dissertação de Mestrado em Linguística e Letras – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: PUCRS].
- Quadros, R. M. (1999). *Phrase Structure of Brazilian Sign Language*. [Tese de Doutorado em Linguística e Letras – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, PUC-RS].
- Quadros, R. M. (1997). *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Quadros, R. M. (2004). *O Tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa*. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília/DF: MEC; SEESP.
- Quadros, R. M. (Org.). (2010). Tradução e interpretação de Línguas de Sinais. *Revista Cadernos de Tradução da UFSC*, 2(26).
- Quadros, R. M. (Org.). (2010). *Letras Libras: ontem, hoje e amanhã*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Quadros, R. M. & Santos, S. A. (2010). O Tradutor-intérprete de língua de sinais no Brasil: Ontem, hoje e amanhã. *LSI – Lengua de Señas e Interpretación*, 1, 91-114. Montevideo, Uruguay. Universidad de La República.
- Rodrigues, C. H. (2010). Da interpretação comunitária à interpretação de conferência:

Desafios para formação de intérpretes de língua de sinais. *II Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira*, Florianópolis.

Rodrigues, C. H. (2018, jun.) Formação de intérpretes e tradutores de Língua de Sinais nas Universidades Federais Brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. *Revista Translatio*, 15, 197-222.

Rodrigues, C. H. & Beer, H. (2015). Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? *Cadernos de Tradução*, 35, 17-45.

Rodrigues, C. H. & Santos, S. A. (2018). A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos. *Tradução em Revista*, 1(24), 1-29.

Rodrigues, M. R. L. (2017). Tradutores/intérpretes de Libras no ensino superior: níveis de formação acadêmica. In N. A. Albres (Org.). *Libras e sua tradução em pesquisa: interfaces, reflexões e metodologias* (pp. 118-149). Florianópolis/Santa Catarina: Biblioteca Universitária da UFSC.

Rosa, A. S. (2005). *Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete*. [Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/São Paulo: UNICAMP].

34

Russo, A. (2010). *Intérprete de Língua de Sinais: uma posição discursiva em construção*. [Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: UFRGS].

Santana, J. B. M. & Vieira-Machado, L. M. C. (2018, jun.). Formação de tradutores e intérpretes de português-Libras na esfera artística e literária: projetos e reflexões teóricas. *Revista Translatio*, 15, 238-263.

SANTOS, S. A. (2006). *Intérpretes de língua de sinais: um estudo sobre as identidades*. [Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/Santa Catarina: UFSC].

Santos, S. A. (2010). Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação. *Cadernos de Tradução*, 2, 145-164.

Santos, S. A. (2013). *Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise de teses e dissertações de 1990 a 2010*. [Tese de Doutorado em Estudos da Tradução – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC: UFSC].

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. & Guindani, J. F. (2009, jul.). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, 1(1), 1-15.

Silva, C. A. A. (2011, jul./dez.). As congregações em língua de sinais das Testemunhas de Jeová: a universalidade do Governo do Reino de Deus e a particularidade das línguas.

Silva-Reis, D. & Milton, J. (2010). História da tradução no Brasil: percursos seculares. *Revista Translatio*, 12, 2-42.

Skliar, C. B. (Org.). (1998). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.

Skliar, C. B. (Org.). (1999). *Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos*. Porto Alegre: Meditação.

Sousa, D. V. C. (2010, jan./jul.) Interpretação Libras/Português: uma análise da atuação dos tradutores/intérpretes de libras de São Luís. *Revista Littera*, 1(1), 60-66.

Straus, A. L. & Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research: techniques and procedures for developing grounded theory*. London: Sage.

Vasconcellos, M. L. (2010, out.). Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na Pós-Graduação: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”. *Cadernos de Tradução*, 2(26), 119-143.

Wylter, L. (2003). *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

¹ No original: “Translation history (‘historiography’ is a less pretty term for the same thing) is a set of discourses predicating the changes that have occurred or have actively been prevented in the field of translation”. Esta e as demais traduções contidas no artigo foram realizadas pelos autores.

² No original: “This is important because archaeology, criticism and explanation tend to mix quite badly on the more practical levels of translation history”.

³ No original: “Microhistorians have privileged the study of marginal individual cases in their ‘normal exceptional’ transgressions of what is commonly described as the mainstream continuity in the understanding of the past.”

⁴ No original: “This way individual experiences, voices lost in the past, apparently irrelevant exceptional cases took the centre of the stage.”

⁵ Podem ser parentes, irmãos ou filhos de pais surdos - CODAs (Children of Deaf Adults).

⁶ Veja mais fundações no Brasil no artigo *Histórico da FENEIS até o ano de 1988*, escrito por Clélia Regina Ramos, no ano de 2004, no site: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=arte&cat=19&idart=170>.

⁷ Veja mais detalhes do documento no link: https://issuu.com/feneisbr/docs/feneis_relato_rio_1997.

⁸ Veja detalhes da criação desse curso em: <https://www.ines.gov.br/images/desu/PPC-PEDAGOGIA-2006.pdf>.

⁹ Veja mais informações e detalhes da criação do Letras-Libras no E-book *Letras Libras – ontem, hoje e amanhã*, organizado pela Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros, disponível em <https://libras.ufsc.br/letras-libras-ontem-hoje-e-amanha/>.

¹⁰ Não obtivemos mais informações sobre esse curso, além das que se encontram em:

http://portal.pucminas.br/paginas/index_padrao.php?pagina=1586.

¹¹ Veja detalhes sobre o Letras-Libras em: <https://libras.ufsc.br/libras-distancia/>.

¹² Veja o PPC do curso da UFSC em:

<https://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/PPP-projeto-politico-pedagogico-06-03-2014.pdf>

¹³ Veja o site da FEBRAPILS em: <http://febrapils.org.br/>.

¹⁴ Veja alguns detalhes em: <https://www.puc-campinas.edu.br/vestibular-de-inverno-comunicacao-assistiva-traducao-e-interpretacao-de-lingua-brasileira-de-sinais-libras/>.

¹⁵ Artigo 3: “É requisito para o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete a habilitação em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. Parágrafo único. Poderão ainda exercer

a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa: I - profissional de nível médio, com a formação descrita no art. 4º, desde que obtida até 22 de dezembro de 2015; II - profissional que tenha obtido a certificação de proficiência prevista no art. 5º desta Lei”.

¹⁶ Artigo 8: “Norma específica estabelecerá a criação de Conselho Federal e Conselhos Regionais que cuidarão da aplicação da regulamentação da profissão, em especial da fiscalização do exercício profissional”.

¹⁷ Veja detalhes do curso em: <https://www.puc-campinas.edu.br/pos-graduacao/especializacao-em-libras-interpretacao-e-traducao/>.

¹⁸ Veja informações do curso no link: <http://www.libras.lettras.ufrj.br/index.php/men-cursos/especializacao-em-libras>.

¹⁹ Os intérpretes educacionais contratados pela SEEDUC passam por uma avaliação no CAS-RJ antes de iniciarem a atuação em escolas. Os intérpretes não fazem parte do quadro efetivo, mas são contratados em alguns momentos por RPA ou em outros momentos por regime CLT. Sempre dependendo do sistema governamental e das políticas que são organizadas por cada Governo.

²⁰ Veja mais informações sobre o investimento do Programa Viver Sem Limites no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35507-viver-sem-limite> e em <http://portal.mec.gov.br/pronatec>.

²¹ Veja o investimento total do Programa Viver Sem Limites no link:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/programas-de-governo/01-viver-sem-limite?ano=2019>.

²² Há mais informações sobre o curso nos links: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/i-seminario-de-tradutores-e-educadores-de-libras-do-piemonte-norte-do-itapicuru-comeca-amanha-27-no-campus-senhor-do-bonfim>; <http://proex.univasf.edu.br/formacao-de-tradutores-e-interpretetes-de-libras-no-campus-da-tapera/>.

²³ Para mais informações do curso veja o link: <http://www.lettras.ufmg.br/protils/>.

²⁴ Há muitos detalhes do TILSJUR no link: <https://tilsjur.paginas.ufsc.br/>.

²⁵ Veja mais detalhes, informações e o Projeto Político de Curso (PPC) da IFRS em: https://expansao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201811982558824pccs_ppc_tecnico_trad_interp_libras.pdf.

²⁶ Veja o PPC em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/extensao/pronatec/cursos/cursos-tecnicos/projeto-pedagogico-de-curso-tecnico-em-traducao-e-interpretacao-de-libras>.

²⁷ Registro do curso em: <https://www.ifnmg.edu.br/cursos/105-portal/ensino/ead/14744-tecnico-em-traducao-e-interpretacao-de-libras>.

²⁸ Atualmente coordenado pelas TILSP Laura Jane Messias Belém, Renata dos Santos Costa e Karine Vieira Rocha.

²⁹ Veja mais informações sobre o curso em: <http://ines.gov.br/curso-de-aperfeicoamento-tilsp>.

³⁰ As informações sobre o curso e o projeto podem ser acessadas nos links: <http://www.palhoca.ifsc.edu.br/index.php/cursos/educacao-bilingue/traducao-e-interpretacao-libras-portugues>; http://www.palhoca.ifsc.edu.br/images/artigos/anexos/pdf/ppc_TILS_anual_aprovado.pdf.

³¹ Ver link: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57219256/do1-2018-12-28-portaria-n-443-de-27-de-dezembro-de-2018-57218981?fbclid=IwAR0YojSaYtAyLU48Mhb4f7RnOzt_1Wu3_IZNs3Wp6bup7iuuCOypjCHHQhs.

³² Ver link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9656.htm#art1

³³ Ver o compromisso firmado em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/14/haddad-diz-que-vai-estimular-matricula-de-criancas-com-deficiencia-nas-escolas.ghtml>.

³⁴ Ver o termo assinado sinalizado em Libras, com 17 pontos de pauta: <https://www.youtube.com/watch?v=tH4ygdGoUFM>. Veja também o dia do acordo: <https://tvuol.uol.com.br/video/bolsonaro-assina-termo-de-compromisso-para-defender-comunidade-surda-0402CD193770D4A96326>.

³⁵ Veja mais sobre o Programa Pátria Voluntária em: <https://www.gov.br/patria-voluntaria>.

³⁶ Veja a notificação da FEBRAPILS ao Governo Federal: <http://febrapils.org.br/nota-de-repudio-a-precarizacao-da-atuacao-e-remuneracao-de-profissionais-tradutores-interpretetes-e-guia-interpretetes-de-libras/>.

³⁷ Veja a resposta do Ministério da Cidadania: <https://drive.google.com/file/d/1B7uPVn9YsinbKQrv-rT2RbVAbc5nLbKT/view>.